

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR
2015/2016



TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO DE GRUPO

A ADAPTAÇÃO DO EXÉRCITO A UM CONFLITO SUBVERSIVO. O CASO ESPECIAL DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

CAP CAV SÉRGIO MIGUEL CAPELO
CAP INF PEDRO MIGUEL DA CUNHA AREDE VASCONCELOS
CAP INF RODOLFO MANUEL DA COSTA ROMEIRO
CAP ADMIL ANA CRISTINA GENEBRA SOARES GARRINHAS (Coordenadora)
CAP ART LÚCIO MANUEL DA COSTA LOPES



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**A ADAPTAÇÃO DO EXÉRCITO A UM CONFLITO SUBVERSIVO. O CASO
ESPECIAL DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)**

CAP CAV SÉRGIO MIGUEL CAPELO

CAP INF PEDRO MIGUEL DA CUNHA AREDE VASCONCELOS

CAP INF RODOLFO MANUEL DA COSTA ROMEIRO

CAP ADMIL ANA CRISTINA GENEBRA SOARES GARRINHAS (Coordenadora)

CAP ART LÚCIO MANUEL DA COSTA LOPES

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS-E A/S

Pedrouços 2016



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

**A ADAPTAÇÃO DO EXÉRCITO A UM CONFLITO SUBVERSIVO. O CASO
ESPECIAL DO TEATRO DE OPERAÇÕES DE MOÇAMBIQUE (1964-1975)**

CAP CAV SÉRGIO MIGUEL CAPELO

CAP INF PEDRO MIGUEL DA CUNHA AREDE VASCONCELOS

CAP INF RODOLFO MANUEL DA COSTA ROMEIRO

CAP ADMIL ANA CRISTINA GENEBRA SOARES GARRINHAS (Coordenadora)

CAP ART LÚCIO MANUEL DA COSTA LOPES

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS-E A/S

Orientador:

MAJ ART BRETES AMADOR

Pedrouços 2016



Declaração de compromisso Anti Plágio

Declaro por minha honra que o trabalho que apresento é original e que todas as citações estão corretamente identificadas. Tenho consciência de que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética e disciplinar.

Pedrouços, 8 de julho de 2016

CAP CAV SÉRGIO MIGUEL CAPELO

CAP INF PEDRO MIGUEL DA CUNHA AREDE VASCONCELOS

CAP INF RODOLFO MANUEL DA COSTA ROMEIRO

CAP ADMIL ANA CRISTINA GENEBRA SOARES GARRINHAS (Coordenadora)

CAP ART LÚCIO MANUEL DA COSTA LOPES



Agradecimentos

Durante a realização deste trabalho, para além do esforço, empenho e disponibilidade com que o grupo realizou o mesmo queremos expressar o nosso agradecimento ao Sr. Major Amador, orientador deste trabalho, pela permanente disponibilidade, apoio, orientação e conselhos úteis transmitidos durante toda a fase de desenvolvimento bem como aos colaboradores do Museu da MM GP, E.P.E pela forma como nos apoiaram e orientaram para a realização deste trabalho de investigação.



Índice Geral

Introdução	1
1. As infraestruturas de produção na Metrópole e em Moçambique antes do início do conflito	4
1.1. As infraestruturas de produção existentes na Metrópole antes do início do conflito	6
1.2. As infraestruturas de produção existentes no TO de Moçambique antes do início do conflito	9
2. As infraestruturas logísticas de produção na Metrópole e no Teatro de Operações de Moçambique durante o conflito	11
2.1. Os estabelecimentos fabris de armamento e munições: FMBP e FNMAL	14
2.2. Os estabelecimentos LMPQF, a MM e a OGF	14
2.3. A FMSC e as OGME	15
3. As Adaptações de Apoio Logístico no Teatro de Operações de Moçambique.....	17
Conclusões	28
Bibliografia	30

Índice de Apêndices

Apêndice A – Modelo de Análise	Apd A 1
Apêndice B – Corpo de Conceitos	Apd B 1
Apêndice C – Localização e Distribuição dos Serviços, Arma de Transmissões e Engenharia	Apd C 1

Índice de Figuras

Figura 1 – Divisão da Província de Moçambique em quatro áreas logísticas	18
Figura 2 - Organização do Serviço de Intendência	19
Figura 3 - Organização do Serviço de Material	20
Figura 4 - Organização do Serviço de Saúde	21
Figura 5 - Organização do Serviço de Transportes	22



Figura 6 - Sistemas de Transportes	23
Figura 7 - Organização da Arma de Engenharia	24
Figura 8 - Organização da Arma de Transmissões	25
Figura 9 - Distribuição do Serviço de Intendência.....	Apd C 1
Figura 10 - Distribuição do Serviço de Material.....	Apd C 2
Figura 11 - Distribuição do Serviço de Saúde	Apd C 3
Figura 12 - Distribuição do Serviço de Transportes	Apd C 4
Figura 13 - Distribuição da Arma de Engenharia	Apd C 5
Figura 14 - Distribuição da Arma de Transmissões.....	Apd C 6



Resumo

O Exército Português foi sujeito a um enorme esforço de adaptação logística durante o conflito com características subversivas em África.

À semelhança do passado, tendo hoje novos confrontos com alterações constantes ao conceito da guerra tornou-se necessário perceber como foi feita esta adaptação em Moçambique.

Assim, o presente trabalho de investigação teve como objetivo analisar as alterações implementadas pelo Exército ao nível de infraestruturas de produção para fazer face a um conflito armado que durou cerca de 11 anos.

Após identificar como objetivos específicos deste trabalho as infraestruturas logísticas de produção existentes antes do início do conflito, analisando as necessidades de infraestruturas que surgiram aquando do início do conflito e as adaptações que foram efetuadas em termos de infraestruturas de produção concluiu-se que o Exército adaptou-se de forma rápida e eficaz às características do conflito nomeadamente através do aumento de produção e da criação de infraestruturas no Teatro de Operações.

Palavras-Chave

Moçambique, Infraestruturas de Produção, Estabelecimentos Fabris



Abstract

The Portuguese Army was subject to a huge logistical effort when faced with a subversive conflict in Africa.

Today, has in the past, new confrontations emerge that add constant changes to de concept of war, making it useful to understand how this adaptations were made in Mozambique.

This research paper aims to analyze the changes and the modifications implemented by the Army in terms of it's production infrastructure, in order to engage in this 11-year conflict.

After identifying has specific objectives for this paper, the existing production infrastructure before the war, the needs of new infrastructure at the beginning of this conflict and the adaptation in terms of production infrastructure putted in place afterwards, we've reached to the conclusion that the Army was able to respond efficiently and effectively, by increasing the production and the infrastructure placed in the Mozambique Field of Operations, in order to be able to deal with this conflict needs.

Keywords

Mozambique, production infrastructure, manufacturing establishments.



Lista de Abreviaturas siglas e acrónimos

B

BTID Bases Industriais de Tecnologia e Defesa

E

EFME Estabelecimentos Fabris do Ministério do Exército

EP Exército Português

F

FMSC Fábrica Militar de Santa Clara

FNMAL Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras

L

LMPQF Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos

M

MM Manutenção Militar

O

OGF Oficinas Gerais de Fardamento

OGME Oficinas Gerais de Material de Engenharia

ONU Organização das Nações Unidas

OTAN Organização do Tratado Atlântico Norte

Q

QD Questão Derivada

R

RFA Republica Federal Alemã



T

TO Teatro de Operações

Z

ZC Zona de Comunicações

ZI Zona do Interior



Introdução

O Exército Português foi sujeito a um enorme e exigente esforço de adaptação durante um conflito com características subversivas em África, o qual teve lugar em três Teatros de Operações (TO) distintos.

A “Guerra do Ultramar”, que decorreu de 1961 a 1974, tornou premente a necessidade do Exército criar doutrina e adaptar o treino ao tipo de conflito, aumentar a sua capacidade de recrutamento, reforçar o seu dispositivo e dimensionar as suas infraestruturas logísticas e de produção e a consequente implementação nos TO onde operava.

A implementação destas infraestruturas logísticas do Exército em África obrigou à obtenção de equipamento adequado e à implementação de um sistema logístico, capaz de garantir o apoio e o reabastecimento necessários a um grande dispositivo de tropas regulares e irregulares, que no caso de Moçambique, em função da maior extensão do território e das linhas de comunicação, conjugadas com a dificuldade de controlo das fronteiras e as limitações do espaço aéreo de África, representou um desafio acrescido.

Neste contexto, importa estudar e analisar, o esforço e as alterações implementadas pelo Exército Português ao nível das infraestruturas de produção para fazer face a este conflito armado que durou 11 anos em Moçambique.

Deste modo, o presente trabalho de investigação de grupo foi desenvolvido com base numa abordagem metodológica qualitativa, pretendendo-se analisar as alterações estruturais que ocorreram no Exército durante a “Guerra do Ultramar”. De forma a obter informação e validação das questões derivadas realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto.

Como metodologia a aplicar, a investigação foi conduzida em três fases: exploratória, analítica e conclusiva

Uma primeira fase efetuamos uma revisão bibliográfica e histórica das infraestruturas do Exército que culminou com a apresentação de um plano de trabalhos, mencionando quais as questões que iriam ser estudadas e a sua delimitação, bem como a proposta de índice e planeamento. Na segunda fase e através da recolha de informação e dados analisamos as adaptações que o Exército teve que efetuar e na terceira fase foram elaboradas conclusões da análise efetuada anteriormente.



O presente trabalho de investigação tem como objetivo geral a análise das alterações estruturais antes, no início e durante o conflito, que ocorreram no Exército Português durante a “Guerra do Ultramar”, em especial no caso do TO de Moçambique.

Contribuem para o objetivo geral os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as infraestruturas logísticas de produção existentes antes do início do conflito;

- Analisar as necessidades em relação às infraestruturas que surgiram aquando do início do conflito;

- Analisar as adaptações que foram tidas em termos de infraestruturas de produção, no TO de Moçambique e na Metrópole, para fazer face às necessidades.

Para tal, o presente estudo é delimitado em duas dimensões: espacial, na Metrópole¹ e no TO de Moçambique, e temporal, desde a década de 50 até 1975.

A nossa análise irá incidir exclusivamente sobre as alterações ocorridas nas infraestruturas de produção na dependência do Exército.

Para esta investigação foi elaborada a seguinte questão central: De que forma as infraestruturas logísticas de produção do Exército se adaptaram ao conflito no TO de Moçambique?

Iniciámos a investigação com uma revisão bibliográfica de autores nacionais e estrangeiros, dos quais alguns participaram no TO de Moçambique, o que levou a uma melhor e clara compreensão desta investigação. Recolhemos também informação relevante no Museu da Manutenção Militar, que permitiu validar as hipóteses identificadas.

Para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação e de modo a atingir os objetivos específicos, foram identificadas as seguintes Questões Derivadas (QD) e Hipóteses que pretendem dar resposta a estas questões.

QD1: Quais as infraestruturas logísticas de produção que existiam na Metrópole e em Moçambique desde a década de 50 até ao início do conflito?

Hipótese: As infraestruturas logísticas de produção existentes correspondiam às necessidades (tempo de paz).

QD2: Após o início do conflito, em 1964, quais foram as necessidades em termos de infraestruturas de produção para fazer face ao conflito?

¹ Termo especialmente aplicado para se referir ao território original da potência colonial, por oposição às suas colónias. A Metrópole Portuguesa, até 1975, incluía Portugal Continental, os arquipélagos da Madeira e dos Açores, constituindo os restantes territórios o Ultramar Português.



Hipótese: Face ao tipo de conflito, aumentaram as necessidades de produção de armamento, de fardamento e equipamento bem como de produção alimentar.

QD3: Face às necessidades identificadas, quais as adaptações que o Exército teve que realizar nas suas infraestruturas logísticas de produção, na Metrópole e no TO de Moçambique?

Hipótese: O Exército redimensionou as infraestruturas existentes e criou outras, para fazer face ao aumento de produção e tipo de necessidades tendo também redefinido a localização das infraestruturas existentes.

Para dar resposta às questões apresentadas e validar as hipóteses por nós sugeridas, iremos, numa primeira fase, debruçar-nos na análise às infraestruturas de produção do Exército antes do início da “Guerra do Ultramar” (década de 50) e imediatamente antes do início do conflito no TO de Moçambique. Posteriormente evidenciaremos quais foram as principais necessidades, carências e limitações sentidas pelo Exército Português, neste TO logo após o início das operações militares no território. De seguida incidiremos a nossa investigação sobre as alterações ocorridas nas infraestruturas de produção do Exército após a eclosão do conflito no TO de Moçambique, os motivos que originaram essas alterações e os problemas que ocorreram na produção e laboração nessas infraestruturas. Por último, apresentaremos as conclusões como corolário da investigação desenvolvida, de modo a evidenciar a importância da análise das infraestruturas de produção do Exército durante a “Guerra do Ultramar”, em particular as decorrentes do TO de Moçambique.



1. As infraestruturas de produção na Metrópole e em Moçambique antes do início do conflito

“As atividades logísticas desenvolvem-se nos três níveis das operações. O nível estratégico e o operacional focam-se no apoio à guerra e às campanhas, enquanto o nível tático é concebido para o apoio à condução das operações ao nível das unidades táticas propriamente ditas” (Exército Português, 2013).

A Indústria Militar visa assegurar e incrementar o apoio logístico às Forças Armadas (FA). Este apoio enquadra-se ao nível estratégico na Logística de Base, ou de Produção (*vide* Apêndice B), que fornece os meios para a Logística Operacional (*vide* Apêndice B), que está diretamente relacionada com a produção Industrial, garantindo dessa forma, a sustentação das Forças Militares (Coelho, 2010). Integram-se neste âmbito, as empresas estatais de carácter militar que produziam e reparavam bens e prestavam serviços destinados às FA, mais propriamente ao Exército, sendo este o foco de estudo e análise deste capítulo.

A partir da década de 50, viveram-se profundas transformações ao nível da Indústria Militar, até ao início da guerra no TO de Moçambique em 1964. Segundo Tavares (2005), graças ao contexto nacional e internacional então vivido na época, criaram-se condições verdadeiramente excepcionais para que a indústria militar desse um salto tecnológico significativo. Com a adesão de Portugal à Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), a estrutura militar portuguesa e as doutrinas sofreram grandes alterações tendo sido assumidos compromissos internacionais que, conseqüentemente tiveram reflexo na logística (Monteiro, 2013).

A procura de uma maior autossuficiência na área do armamento e munições levou a um investimento na indústria militar. O apoio económico-financeiro dos EUA, decorrente do Plano Marshall², que Portugal recebeu até meados da década de 1950, foi decisivo para a criação e modernização da indústria militar portuguesa, garantindo assim a capacidade de sustentação das operações militares nos TO em África.

Nesse sentido, ainda no âmbito do Plano Marshall, Portugal recebeu apoio estrangeiro na formação técnica do pessoal das indústrias militares. No entanto, verificaram-se algumas dificuldades, em finais da década de 50, nomeadamente na FMBP

² Plano Marshall - conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Europeia, foi o principal plano dos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados da Europa nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial. A iniciativa recebeu o nome do Secretário do Estado dos Estados Unidos, George Marshall.



e na FNMAL, na obtenção de mercado para escoamento da sua produção. A produção em 1959 na FMBP quase cessou, contudo nos anos seguintes assistiu-se a um aumento de exportações em armamento e munições para a República Federal Alemã (RFA)³ assim como para os TO em África (Tavares, 2005). Tal facto, supriu as necessidades básicas das FA, em munições e armas ligeiras, apesar do atraso da indústria militar portuguesa ao nível tecnológico.

Deste modo, as FA foram modernizadas dentro dos limites dos recursos nacionais. Ao nível logístico passou a existir um quadro de pessoal formado segundo a doutrina dos Estados Unidos da América (EUA). As sucessivas reorganizações efetuadas constituíram as bases para a futura expansão e sustentação necessárias para conduzir operações militares nos TO de África, de 1961 a 1974.

O nível logístico nacional estava inserido na quarta repartição (Logística), com dependência direta do Quartel-Mestre General, dependendo este hierarquicamente, do Chefe de Estado-Maior do Exército (CEME), e este por sua vez, dependia do Ministro do Exército ou do Subsecretário de Estado (Ministério do Exército).

Na estrutura Logística do Estado Português inseriam-se as Indústrias Militares. Nesse domínio, encontram-se os Estabelecimentos Fabris do Ministério do Exército (EFME). Existiam sete estabelecimentos pertencentes ao Exército, e sobre os quais recai a nossa análise, designadamente, a Fábrica Militar de Braço de Prata (FMBP), Fábrica Militar de Santa Clara (FMSC), a Fábrica Nacional de Munições de Armas Ligeiras (FNMAL), o Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos (LMPQF), a Manutenção Militar (MM), as Oficinas Gerais de Fardamento (OGF) e as Oficinas Gerais de Material de Engenharia (OGME) (Tavares, 2005).

Em 1961, enquanto o Exército Português ultimava a conceção da sua própria doutrina logística vocacionada para um conflito convencional, a guerra surgia em Angola vendo-se confrontado com a necessidade de adaptar a sua doutrina a uma campanha de

³ Entre 1957-59 ocorreram diversos contactos entre responsáveis políticos e militares portugueses e alemães no sentido de tentar negociar com a RFA a obtenção de encomendas de munições em troca da compra de equipamento para a siderurgia portuguesa que então se estava a contruir. A 16 de janeiro de 1960, uma Convenção Administrativa concretizava os termos gerais da colaboração militar entre Portugal e a RFA. A 21 de março de 1959, esta última deu a conhecer a intenção de encomendar a Portugal 450.000 munições de artilharia de 10,5cm, tipo americano e, 120 milhões de munições de 7,62mm. A 5 de julho do mesmo ano concretizou as suas intenções e, meses depois, em 29 de dezembro reforçou os pedidos de material de guerra com uma nova encomenda, desta vez de 4.500.000 granadas de mão defensivas DM41 com espoleta DM72. Novas encomendas surgiram nos anos que se seguiram. Em 6 de setembro de 1960, a RFA solicitou novamente à FNMAL o fornecimento de mais 100 milhões de munições de 7,62mm. Em 1962, por via de uma nova encomenda para a RFA, passou também a produzir componentes da espingarda automática G3 e a proceder à montagem da mesma (Tavares, 2005).



cariz subversivo. Nessa altura, a estrutura Logística do Exército Português (EP), dispunha já de órgãos de direção e de execução a funcionar plenamente, sendo que ainda estava em curso o processo de modernização na indústria militar que, não estando no nível desejado, veio a verificar-se fundamental para dar resposta às necessidades das operações (Tavares, 2005). Perante esta tipologia de conflito, Portugal não estava preparado. Segundo Tavares (2005), o equipamento e o armamento das FA eram obsoletos e não eram os adequados para uma guerra de guerrilha. Surgiu, então, a necessidade do Exército efetuar a reconversão e adaptação da guerra convencional para a guerra subversiva, aligeirando o equipamento e o armamento (Monteiro 2013).

Em Guerra subversiva, a clássica distinção entre as zonas de comunicações (ZC) e de combate deixa de fazer qualquer sentido, dado que ambas se sobrepõem levantando graves problemas de segurança, quer pela dispersão dos órgãos logísticos, quer pela elevada vulnerabilidade desses órgãos e das suas linhas de comunicações (Tavares, 2013).

De salientar, ainda, o contributo preponderante dado pelos Estabelecimentos Fabris do Ministério do Exército (EFME) para a sustentação do esforço de guerra no ultramar tendo sido capazes de assegurar, a produção da maioria das munições e do armamento ligeiro utilizados, do equipamento do pessoal, dos medicamentos, dos víveres e da reparação e manutenção de meios (Tavares, 2013). Para além deste esforço excepcional, prestaram igualmente um importante apoio social aos militares e suas famílias com a projeção para África das atividades da MM, do LMPQF e das OGF, abrindo messes, supermercados, cantinas e secções comerciais no TO.

1.1. As infraestruturas de produção existentes na Metrópole antes do início do conflito

Os EFME⁴ existentes na Metrópole antes do início do conflito eram os seguintes:

- (1) A FMBP destinava-se ao:
 - (a) Fabrico e reparação armamento de toda a espécie;
 - (b) Fabrico e reparação de componentes e subcomponentes metálicos de munições para armamento de calibre 40mm, inclusive;
 - (c) Fabrico e reparação de instrumentos de precisão, aparelhagem elétrica e material de referenciação ou de predição de tiro;
 - (d) Fabrico e reparação de viaturas hipomóveis;

⁴ Segundo o DL n.º 41892, de 3 de Outubro de 1958.



- (e) Fabrico e reparação de viaturas automóveis especializados de artilharia, do serviço de munições e de viaturas blindadas ou couraçadas, incluindo o seu armamento e equipamento, excluindo em todos os casos os respetivos motores;
 - (f) Fabrico de ferramentas necessárias à laboração das indústrias militares;
 - (g) Fabrico de outros artigos que com aprovação superior fosse julgado conveniente manufacturar para satisfação de necessidades das forças armadas ou para manter a laboração da Fábrica e o trabalho ao seu pessoal.
- (2) A FNMAL destinava-se ao fabrico e recuperação das diferentes espécies de cartuchos para armas portáteis, bem como ao fabrico e recuperação das munições para bocas-de-fogo de pequeno calibre, incluindo sempre o seu carregamento.
- (3) A FMSC destinava-se ao fabrico e reparação:
- (a) Dos equipamentos e correame necessários às forças armadas;
 - (b) Do material de bivaque a acampamento necessários à vida das tropas em campanha;
 - (c) Dos arreios e artigos de correame necessários ao serviço dos solípedes e viaturas ou ao bom acondicionamento e transporte dos materiais de guerra ou mobilização necessárias às forças militares;
 - (d) De tendas hospitalares e outras destinadas aos serviços de saúde militar;
 - (e) De outros artigos necessários às forças armadas que não estivessem nas atribuições dos restantes estabelecimentos fabris do Ministério do Exército, quando o seu apetrechamento industrial o permitisse ou aconselhasse.
- (4) Às OGME competia:
- (a) O fabrico e reparação de material automóvel;
 - (b) A reparação de viaturas automóveis especializados da engenharia e dos serviços;
 - (c) O fabrico e reparação dos motores de todas as viaturas pesadas das forças armadas, incluindo os das viaturas blindadas ou mecanizadas de qualquer natureza, dentro das possibilidades do seu equipamento;
 - (d) O fabrico e reparação de material de transmissões;
 - (e) O fabrico e reparação de todo o restante material especializado de engenharia;



- (f) O fabrico e reparação de outros artigos e materiais que com a aprovação superior fosse conveniente manufacturar.
- (5) As OGF tinham por finalidade:
- (a) Confeccionar os artigos de vestuário, calçado, roupas hospitalares e roupas de aquartelamento destinadas às forças armadas, sempre que não conviesse recorrer ao mercado nacional;
 - (b) Executar os grandes consertos dos artigos mencionados na alínea anterior;
 - (c) Exercer outras atividades congéneres julgadas necessárias às instituições militares, quer em tempo de paz, quer em tempo de guerra;
 - (d) Armazenar e conservar, eventualmente, toda ou parte da reserva de fardamento necessária à mobilização das forças armadas;
 - (e) Fornecer aos militares, a preços módicos, diretamente ou por intermédio das cantinas e cooperativas militares, artigos de uniforme e de utilidade particular, confeccionados ou não nas suas oficinas
- (6) A MM destinava-se essencialmente a assegurar:
- (a) O reabastecimento das forças armadas em pão, víveres e forragens, sempre que as circunstâncias não aconselhem a recorrer ao mercado;
 - (b) A constituição das reservas necessárias para a mobilização militar a acudir a situações de emergência ou de guerra;
 - (c) O fornecimento de rancho às tropas, tendo em vista a melhoria de preço de custo e qualidade pela concentração deste serviço numa só direção;
 - (d) O fornecimento a preços módicos às forças armadas e aos elementos que as constituíssem de outros produtos da sua produção que as circunstâncias aconselhassem;
 - (e) O fornecimento de combustíveis, líquidos e lubrificantes às Forças Armadas.
- (7) Ao LMPQF competia essencialmente:
- (a) Fabrico e manipulação de medicamentos, artigos e penso e outros produtos químicos necessários ao reabastecimento das forças armadas, militares e militarizadas, ou à satisfação das necessidades particulares do seu pessoal;
 - (b) As análises clínicas e físicas do material antigás e o fabrico, quando possível, dos cartuchos-filtros, com as respetivas cargas químicas e físicas;



- (c) A desinfestação e desinfeção dos aquartelamentos das unidades e estabelecimentos militares e o estudo dos produtos respeitantes à guerra química e biológica ou a combater os meios líquidos utilizados em tal modalidade de guerra;
- (d) As análises químicas, toxicológicas, bacteriológicas e bromatológicas necessárias às forças armadas e ao pessoal que as constitui e ainda as análises químicas e bacteriológicas das águas.

1.2. As infraestruturas de produção existentes no TO de Moçambique antes do início do conflito

Em guerra convencional o TO está ligado à Zona do Interior (ZI), onde funciona o poder político e por uma Zona de Comunicações (ZC), que se deseja a mais curta possível (Coelho, 2010, p. 2). No caso de Moçambique, a ZI era a Metrópole e a ZC era o espaço que a separava do TO, já que, em 1963 foi negada a Portugal a possibilidade de usar o espaço aéreo de África⁵, criando enormes dificuldades logísticas. A ZC terminava em bases logísticas de onde partiam os recursos para o interior do TO, sendo que o TO com piores condições era o de Moçambique pela impossibilidade de criar apenas uma base logística, a que se juntava ainda o facto de ter a maior ZC.

Sendo o mais singular em relação à Zona do Interior, o TO de Moçambique apresentava uma configuração geográfica extensa com insuficiência nas estruturas económicas, aumentando as dificuldades ao apoio logístico.

À data de início das operações, a estrutura logística territorial existente era muito reduzida. A direção logística (4ª Repartição e alguns Comandos e Chefias) situava-se somente em Lourenço Marques (atualmente Maputo), onde também se encontravam os principais órgãos de execução. Até 1964 não existiam quaisquer infraestruturas de produção estando estas localizadas na Metrópole, sendo que apenas existia, em todo o território de Moçambique, uma base logística de apoio, localizada em Lourenço Marques. Em Maio de 1964 o dispositivo logístico permanecia sensivelmente o mesmo, tendo somente sido organizado o Agrupamento do Serviço de Material, com o seu Comando, a

⁵ Facto devido à campanha internacional contra a política ultramarina portuguesa que se manteve acesa através de debates e de resoluções condenatórias na ONU, embargo na venda de armamento de países ocidentais, corte nas relações diplomáticas e proibição de navegação aérea e marítima por parte de alguns países afro-asiáticos, aumento de incidentes nas fronteiras africanas, críticas de Estados membros da OTAN, entre outros.



Companhia de Comando e Serviços e a Companhia de recuperação em Lourenço Marques e uma Companhia de Apoio Direto na Beira e outra em Nampula.

Fortemente condicionado ao nível estrutural, em contraste com singularidade da capital do território, Lourenço Marques, o TO de Moçambique oferecia enormes dificuldades para o transporte terrestre (agravadas no tempo das chuvas). Concomitantemente, o facto de a guerra ter começado no extremo oposto da capital foi determinante no sistema de apoio logístico, dado que, a ZI (Metrópole) só “conhecia” uma base logística que era Lourenço Marques para onde encaminhava a totalidade dos abastecimentos. A acrescentar a este condicionamento, foi decretado que os abastecimentos teriam de ser todos adquiridos localmente ou na Metrópole, trazendo graves consequências para Lourenço Marques, dado que, devido à sua proximidade, podia obter muitos abastecimentos na vizinha África do Sul.

No âmbito da Questão Derivada 1 (QD1) e decorrente da análise deste capítulo, constata-se que a Hipótese levantada é válida na medida em que as infraestruturas logísticas de produção existentes na Metrópole e em Moçambique, desde a década de 50 até ao início do conflito, correspondiam às necessidades em tempo de paz, apesar de os nossos estabelecimentos fabris viverem uma fase de dificuldade em termos de escoamento de produção, o que de alguma forma encontrou algumas dificuldades em justificar a sua existência. Pode-se afirmar que, o grande investimento no desenvolvimento e modernização da indústria militar foi decisivo suprimindo as necessidades básicas das FA, apesar do seu atraso ao nível tecnológico. A procura de uma maior autossuficiência na área do armamento e munições, em munições e armas ligeiras, e após o eclodir da guerra o início do desenvolvimento do apoio logístico em Moçambique, constituiu também um exemplo claro e expressivo da evolução da organização e da doutrina logística de apoio às operações militares em guerra subversiva.



2. As infraestruturas logísticas de produção na Metrópole e no Teatro de Operações de Moçambique durante o conflito

Para fazer face à guerra, os meios existentes não eram suficientes, e de alguma forma, Portugal não poderia depender do estrangeiro para responder às novas necessidades. “Até 1962, procedeu-se ao aproveitamento do material existente nos depósitos, reconstituindo-os sempre que necessário, enquanto se procedia à aquisição e fabrico de novos equipamentos” (Monteiro, 2013).

No entanto o desafio era exigente. Para além das dificuldades económicas, associavam-se as dificuldades derivadas da não aceitação por parte da Comunidade Internacional ao programa colonialista (Tavares, 2005), e ao facto do país estar presente em três TO, distanciados por milhares de quilómetros (Monteiro, 2013).

Não existindo um órgão de coordenação da política fabril militar, a indústria de defesa foi evoluindo e adaptada em função da evolução dos conflitos no Ultramar, verificando-se deste modo uma alteração de prioridades na execução de decisões e projetos, não em função do que seria lógico e expectável mas sim em função das exigências da guerra (Tavares, 2005). No TO de Moçambique e em função do esforço de guerra, uma das primeiras medidas adotadas, que visava dar resposta não só às necessidades operacionais, mas também minimizar o obstáculo da distância, foi a expansão das atividades da MM, do LMPQF e das OGF. As infraestruturas foram geograficamente implantadas na Beira, Lourenço Marques, Nampula e Porto Amélia (Monteiro, 2013). Cada militar no TO de Moçambique custava a Portugal em média de 125\$00 (Monteiro, 2013) ao Estado Português, o que comparativamente aos outros dois TO era o mais dispendioso. Esta situação estava diretamente relacionada, com as características do terreno, bem como com a forte expressão que a guerrilha foi assumindo. As dificuldades de sustentação logística, assumiram uma proeminência em Moçambique superior à dos outros TO, comprovada até pelo considerável número de militares da área de apoio de serviços empenhados. Com o incremento das indústrias de produção em Moçambique pretendia-se, não só satisfazer as necessidades logísticas, que as operações militares exigiam, bem como reduzir substancialmente o seu custo.

A necessidade em rentabilizar as matérias-primas locais, de Moçambique, teve o efeito direto de causar um impacto positivo na indústria local, que levou ao recrutamento de mão-de-obra, gerando uma dinâmica económico, social e cultural não verificada até



então, (...) aumento da população dos territórios ultramarinos, de 12 milhões, em 1952, para quase 17 milhões, em 1971. O volume do comércio externo triplicou no mesmo período, de 14 milhões de contos para 45 milhões, e o Produto Interno Bruto (PIB) passou de 39 milhões para 130 milhões de contos. As reservas de ouro e divisas somavam cerca de 50 milhões de contos no final de 1973 (Monteiro2013).

O período da guerra colonial ditou uma total subordinação da indústria militar ao poder político (Tavares 2005). “Prover as necessidades da Defesa Nacional”⁶ e garantir a perfeita eficiência das Forças Armadas era a principal missão da indústria militar e a razão da sua existência. Para isso no início da guerra, o Ministério do Exército dispunha dos estabelecimentos fabris⁷ anteriormente referidos, nomeadamente:

- A FMBP;
- A FNMAL;
- A FMSC;
- As OGME;
- As OGF;
- A MM;
- O LMPQF.

Os estabelecimentos fabris militares tinham um desafio em comum, responder às exigências da guerra onde a Metrópole assumia um papel preponderante na sua sustentação, possibilitando um sistema de reabastecimento mais regular (Estado-Maior do Exército, 1963).

Conforme referido, antes dos conflitos ultramarinos, Portugal possuía já uma indústria militar, que como qualquer outro setor industrial, tinha como fundamento essencial a maximização dos recursos com vista o lucro. Quando surge a guerra colonial, surge mais um “cliente” para alguns setores da indústria militar, e esse “cliente” são as próprias Forças Armadas portuguesas. A natureza subversiva do conflito trouxe alguns desafios às Forças Armadas e consequentemente às indústrias militares que, resumidamente se traduzem essencialmente nos aspetos que se seguem:

- Uma rápida procura de munições, armas ligeiras e todo o equipamento necessário no que diz respeito ao fardamento de pessoal militar bem como viaturas (Sena, 2010);

⁶ DL n.º 41892, de 3 de Outubro de 1958.

⁷ DL n.º 41892, de 3 de Outubro de 1958.



- A adaptação dos equipamentos existentes, às exigências do conflito subversivo (Monteiro, 2013);
- A necessidade de substituir a Mauser por uma arma capaz de responder as necessidades das Forças Armadas (Tavares, 2005), (Pinto, 2009);
- O aumento de efetivos das Forças Armadas levou a um consequente aumento de produção nos estabelecimentos LMPQF, MM, OGF, FMSC e as OGME (Tavares, 2005) sendo necessário um aumento de pessoal para responder sobretudo às necessidades dos primeiros anos do conflito (Coelho, 2010);

No entanto da nossa análise podemos verificar claramente que, à exceção dos aspetos atrás apresentados, o mercado interno, mesmo com o eclodir da guerra, não era suficiente para garantir a atividade fabril da nossa indústria de defesa, estando esta muito dependente de mercados externos (Barata, 1981), onde a RFA assumiu um papel fundamental no escoamento da produção fabril, em particular na produção e escoamento da Espingarda Automática G3 “porque a RFA nos deu grandes facilidades para o fabrico e nos encomendou 50.000 para as suas Forças Armadas” (Pinto, 2009). O conflito exigia uma disponibilidade financeira muito grande, e como tal seria invariavelmente necessário o apoio externo. É neste contexto que surge a cooperação militar com a RFA. “Com a RFA, o governo português conseguiu a diminuição do défice da balança comercial, a principal preocupação portuguesa, cuja resolução passava pela produção de armamento em Portugal e a sua exportação para a RFA. As vantagens para Portugal que daí advieram foram muito importantes para a guerra subversiva em África, pois incluíram a concessão de créditos em condições favoráveis, aumento das compras alemãs em Portugal, em particular de munições e armas ligeiras de fabrico português” (Monteiro2013).

A guerra trouxe desafios à indústria, não pela quantidade de produção exigida mas muito por culpa da natureza subversiva do conflito. Não foi necessário proceder a uma revolução a grande escala, na expectativa de, por ventura, a nossa indústria não ser capaz de responder às exigências da guerra, foi sim necessário fazer alguns ajustes na indústria militar em função de uma nova realidade trazida pela guerra, “a qual já existia e estava em condições de operar de forma eficiente e eficaz, tornando-se somente necessário aumentar o seu pessoal ao nível das necessidades para fornecer os recursos de acordo com o crescimento dos efetivos a apoiar” (Coelho, 2010).

Embora o período antes da guerra viesse a revelar algum desenvolvimento tecnológico da indústria militar, este não foi o suficiente para acompanhar a indústria da



Europa Ocidental, isto porque Portugal faz na década de 60 “um tipo de guerra em que as inovações tecnológicas não são nenhuma perdendo assim mais de uma década de inovações perante os membros da NATO” (Sena, 2010).

2.1. Os estabelecimentos fabris de armamento e munições: FMBP e FNMAL

O planeamento da produção destes estabelecimentos era difícil de executar na medida em que as necessidades de consumo interno variavam muito em função do evoluir da guerra ultramarina. Ainda assim, podemos afirmar que estes estabelecimentos no ano de 1967 viviam uma situação privilegiada visto que o consumo interno era capaz de absorver toda a sua produção, ao ponto de em alguns momentos, sentirem dificuldade em fazer face aos compromissos estabelecidos com os mercados externos (Tavares, 2005).

O eclodir da guerra acentuou ainda a necessidade de substituir a Mauser por uma espingarda automática. O fabrico da Espingarda Automática G3 na FMBP surge da conciliação de dois fatores: as relações que Portugal estabelecia com a RFA e a necessidade imposta pelo eclodir da Guerra no Ultramar (Tavares, 2005). “A FMBP começou a produzir a G-3 em 1962 (foi o modelo/63, por ter começado a ser distribuída nesse ano). Em 1963, foram fabricadas 11.867 G-3 e 5.572 pistolas-metralhadoras FBP; em 1964, já eram 23.724 e 6.561; em 1969 os números eram 45.660 e 694” (Pinto, 2009). Já a FNMAL aumentou a sua produção sendo que “em 1962, fabricaram-se 130 milhões de cartuchos de 7,62 mm, 7,92 mm e 9 mm Parabellum” (Pinto, 2009).

Não obstante o referido anteriormente, a atividade fabril da FMBP e da FNMAL, dependia em muito do mercado externo concluindo que a guerra do ultramar não era suficiente para manter as suas atividades (Tavares, 2005).

“Estes estabelecimentos têm capacidades que ultrapassam largamente as necessidades das Forças Armadas nacionais e, portanto, só poderão subsistir economicamente enquanto estiverem em condições de competir no mercado internacional, pois não é viável dimensionarem-se apenas para o nível do consumo nacional” (Barata 1981).

2.2. Os estabelecimentos LMPQF, a MM e a OGF

O eclodir da guerra conduziu a um aumento crescente da sua atividade que foi aumentando em função do aumento de efetivos mobilizados para África. O aumento da sua



atividade deveu-se também ao facto de se tratarem sobretudo de artigos consumíveis e da necessidade de stocks volumosos (Tavares, 2005).

No caso específico da LMPQF foi necessário proceder a uma reestruturação nos produtos fabricados visto que as características dos TO exigiam uma gama de fármacos diferentes aos produzidos até então o que conduziu a uma reestruturação no funcionamento interno para fazer face a estas novas exigências (Tavares, 2005). O laboratório Militar foi o único canal de reabastecimento, produtos farmacêuticos e grande parte dos artigos de material sanitário, de todas as Unidades do Exército, da Marinha e da Força Aérea, empenhadas nos três TO. O Laboratório Militar teve ainda papel de relevo na adaptação e tratamento das doenças tropicais (LMPF, 2001).

2.3. A FMSC e as OGME

À semelhança do que aconteceu com os outros estabelecimentos fabris militares, a FMSC e as OGME aumentaram consideravelmente o seu ritmo de produção. No entanto a sua atividade decresceu a partir de meados da década de 60 após supridas as necessidades mais urgentes dos primeiros anos da guerra (Tavares, 2005).

Importa agora encontrar respostas às nossas questões de partida e de que forma as hipóteses levantadas se concretizaram.

Relativamente à QD2, Quais as necessidades de produção emergentes do conflito? A hipótese identificada é validada uma vez que houve necessidade de adaptar as infraestruturas e o seu modo de funcionamento no que se refere à produção apesar de não ter sido de uma forma significativa. Os estabelecimentos fabris já viviam uma situação de dificuldade em termos de escoamento de produção, e que de alguma forma encontravam algumas dificuldades em justificar a sua existência. A guerra proporcionou à nossa indústria mais uma oportunidade para escoar a sua produção, e em alguns casos a necessidade de aumentar a produção, com maior relevância nos casos do LMPQF, a MM e a OGF, que incidia essencialmente em consumíveis. No entanto, o consumo proporcionado pela guerra não era suficiente para sustentar o funcionamento de alguns estabelecimentos⁸, que ainda assim necessitavam dos mercados externos para garantirem a sua subsistência e justificar a sua existência.

As grandes alterações que a guerra provocou na nossa industria foi no âmbito da adaptação das Forças Armadas a um conflito subversivo, onde destacamos a necessidade

⁸ FMBP e FNMAL



de substituir a Mauser por uma arma capaz de responder às exigências do conflito⁹ “a G3 (...) revelou-se bem adaptada às condições ambientais em África (...) era robusta, de confiança e relativamente fácil e barata de fabricar (...) era uma arma de grande flexibilidade (...) podia ter coronha retráctil, utilizar tripé, mira telescópica, aparelho de pontaria de visão noturna, lança-granadas e baionetas”. Destacamos também a produção de fármacos adequados à natureza destes teatros, bem como a adaptação de equipamentos para responder às exigências de um conflito subversivo aligeirando o equipamento e o armamento e ainda o aumento na produção de outros consumíveis (fardamento) em função do aumento de efetivos nas Forças Armadas.

⁹ É assim que surge a produção da Espingarda Automática G3



3. As Adaptações de Apoio Logístico no Teatro de Operações de Moçambique

Quando em 1964, a luta armada se iniciou em Moçambique, evoluindo para carácter subversivo no segundo semestre, as unidades de apoio logístico existentes eram semelhantes às que existiam em Angola, estando os Depósitos Base localizados em Lourenço Marques, local onde era desembarcado todo o material proveniente da Metrópole, sendo depois transportado para os locais onde se encontravam as tropas em operações.

Os atos de guerrilha iniciaram-se a norte, num território com características específicas, condicionando fortemente o apoio logístico desde a estrutura existente em Lourenço Marques, onde se destaca:

- A sua configuração geográfica, obrigando a percorrer elevadas distâncias;
- Escassez de vias de comunicação terrestres, sendo as poucas existentes penetrantes da costa para o interior e os rios;
- A existência de obstáculos relevantes, associados a escassas obras de arte de sul para norte (vice versa), agravando-se na época das chuvas;
- Grande dependência da atividade das vias marítimas e aéreas para fazer chegar os abastecimentos às forças de manobra;
- Fracos recursos económicos, infraestruturas civis, sanitárias, comerciais, industriais e de transportes em quantidade e qualidade para apoiar as necessidades militares, quase total nas áreas de maior atividade militar, no extremo norte da província;
- Insegurança de parte do caminho-de-ferro, em especial na linha de Nacara, no troço de zona ativa, não permitindo utilizar e rentabilizar todas as possibilidades e capacidades deste transporte ferroviário e a elevada dependência entre as duas fontes de apoio logístico localizadas em áreas restritas (Lourenço Marques e Beira) e as zonas de combate (Coelho, 2010).

Face a esta situação e logo desde o início da campanha, rapidamente se concluiu que a existência de Depósitos Base unicamente em Lourenço Marques era insuficiente e incompatível com alguns dos princípios da logística em vigor na altura, condicionando a chegada em tempo e ao local, dos abastecimentos necessários às tropas em operações para fazer a guerra e atingirem os seus objectivos, verificando-se conveniente a necessidade urgente dos abastecimentos serem também desembarcados mais a norte, nos portos da



Beira, de Nacala e do Porto Amélia, onde posteriormente se vieram a montar Depósitos Base e se definiram áreas dependentes para efeitos logísticos.

A partir destes portos, iniciou-se a montagem de uma estrutura logística, constituída por órgãos, na qual os transportes desempenhavam um papel muito importante, destacando-se os transportes marítimos que operavam ao longo da costa e os aéreos para fazerem chegar em tempo e ao local certo, os abastecimentos necessários à condução das operações.

Desta descentralização, constituiu-se como um dos marcos mais importantes do apoio logístico nesta província, gerando a sua divisão em quatro Áreas Logísticas, sendo que, a primeira, abrangia a zona SUL¹⁰ da província, com Depósitos Base em Lourenço Marques; a segunda abrangia a zona CENTRO¹¹, com Depósitos Base na Beira; a terceira abrangia a zona NORTE¹², com Depósitos Base em Nacala e a quarta área abrangia a zona NORDESTE¹³, com Depósitos Base em Porto Amélia.



Figura 1 - Divisão da Província de Moçambique em quatro áreas logísticas

Fonte: Estado-Maior do Exército, 1988

¹⁰ Distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane

¹¹ Distritos da Beira, Vila Pery e Tete

¹² Distritos de Moçambique, Zambézia e Niassa

¹³ Distrito de Cabo Delgado



Para executar as atividades logísticas existiam diversos Serviços e Órgãos, também individualizados de acordo com as suas características e missões, mas obedecendo todos à mesma organização geral, composta por órgãos de direção e de execução, nomeadamente: o Serviço de Intendência, o Serviço de Material, o Serviço de Saúde, o Serviço de Transportes, Arma de Engenharia e Arma de Transmissões (Tavares, 2013).

O **Serviço de Intendência** dependia da Chefia do Serviço de Intendência:

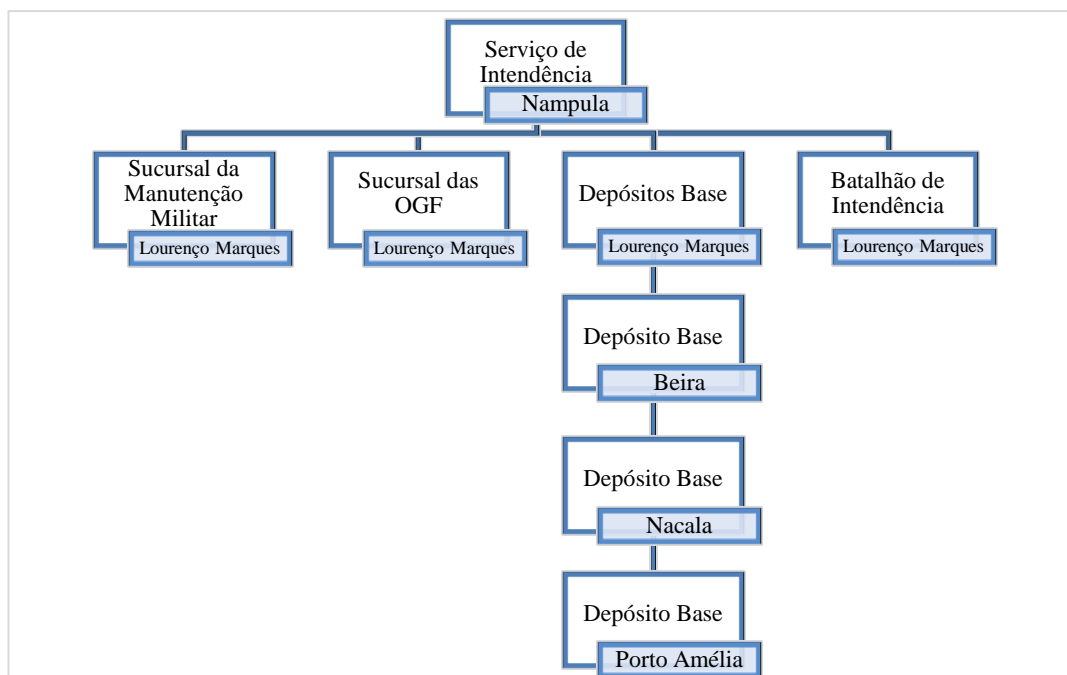


Figura 2 - Organização do Serviço de Intendência

Fonte: Adaptado (Estado-Maior do Exército, 1988)
(Apêndice C)

A Sucursal da MM e a das OGF articulavam-se em duas Delegações localizadas na Beira e Nampula, e uma terceira a criar em Porto Amélia.

O Batalhão de Intendência articulava-se em quatro Companhias de Intendência (localizadas em Tete, Vila Cabral, Nova Freixo e Porto Amélia) e cada Companhia em Pelotões de Intendência (localizados em Mocímboa da Praia, Porto Amélia, Mueda, Marrupa, Vila Cabral (dois Pelotões), Nova Freixo, Mocuba, Vila Pery e Tete).

Em 1973, após a Reestruturação Experimental posta em execução na província de Moçambique e que se mantinha no final do conflito, foi criada uma Delegação da MM em Porto Amélia. Em Tete passaram a existir dois Pelotões de Intendência, tendo sido recolhido o que se localizava em Vila Pery.



Em 1969, foi aprovada, ao nível da região, uma nova orgânica, extinguindo-se o Agrupamento do Serviço de Material na província, afastando geograficamente os seus Batalhões, situados em Lourenço Marques, sendo que, o **Serviço de Material** que dependia da Chefia do Serviço de Material estava organizado da seguinte forma:

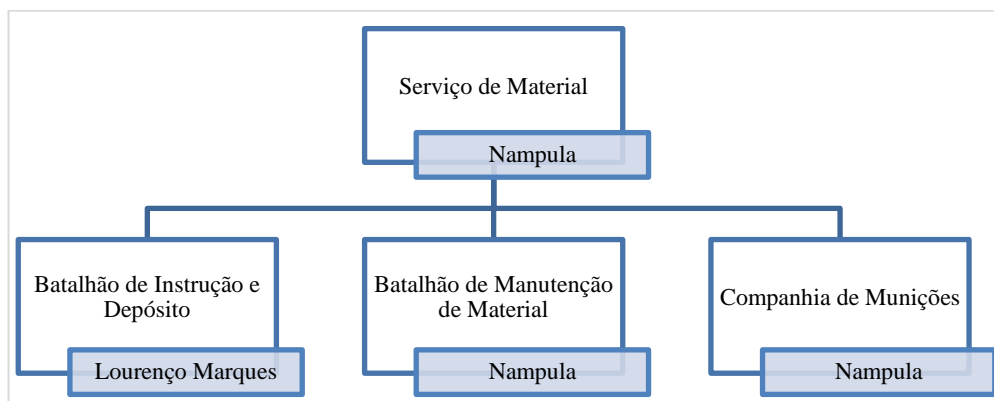


Figura 3 - Organização do Serviço de Material

Fonte: Adaptado (Estado-Maior do Exército, 1988)

(Apêndice C)

O Batalhão de Instrução e Depósito articulava-se numa Companhia de Comando e Serviços, uma Companhia de Instrução, uma Companhia de Depósito de Material a quatro pelotões de Depósito de Material (um em Lourenço Marques, um na Beira, um em Nacala e um em Porto Amélia) e uma Companhia de Depósito de Sobressalentes a quatro pelotões (um em Lourenço Marques, um na Beira, um em Nacala e um em Porto Amélia).

O Batalhão de Manutenção de Material articulava-se numa Companhia de Comando e Serviços, duas Companhias de Recuperação (uma na Beira e outra em Nampula), três Companhias de Apoio Direto (localizadas em Moatiz, Nova Freixo e Porto Amélia), articuladas em três, cinco e dois pelotões de Apoio Direto respetivamente, e um pelotão de Apoio Direto em Nampula.

A Companhia de Munições articulava-se em três Pelotões de Munições e Explosivos, localizados em Porto Amélia com responsabilidade sobre o Depósito Base aí localizado e Depósitos Avançados de Munições, em Mueda e Mocímboa da Praia, em Dondo com responsabilidade sobre o Depósito Base aí localizado e Depósitos Avançados de Munições em Tete e Lourenço Marques e em Nampula com responsabilidade sobre o Depósito Base aí localizado e Depósitos Avançados de Munições em Mocuba, Nova Freixo, Vila Cabral e Marrupa.



A uniformização do tipo de viaturas presentes nesta província foi um passo importante, passando de 50 tipos existentes no início para cinco tipos, eliminando as grandes dificuldades de manutenção.

Após a Reestruturação Experimental em 1973, a Companhia de Depósito de Material do Batalhão de Instrução e Depósito passou de Lourenço Marques para Nampula.

As três Companhias de Apoio Direto passaram, duas para Nampula e uma para a Beira. Os Pelotões de Apoio Direto passaram para Lourenço Marques, Nampula, Beira, Porto Amélia, Nangade, Mueda, Marrupa, Nova Freixo, Mocuba, Vila Cabral e Tete.

Passaram a existir três Depósitos Base de Munições localizados em Nampula, Beira e Lourenço Marques e apenas quatro Depósitos Avançados de Munições em Tete, Vila Cabral, Mocuba e Mueda.

No que se refere ao **Serviço de Saúde**, estava organizado da seguinte forma:

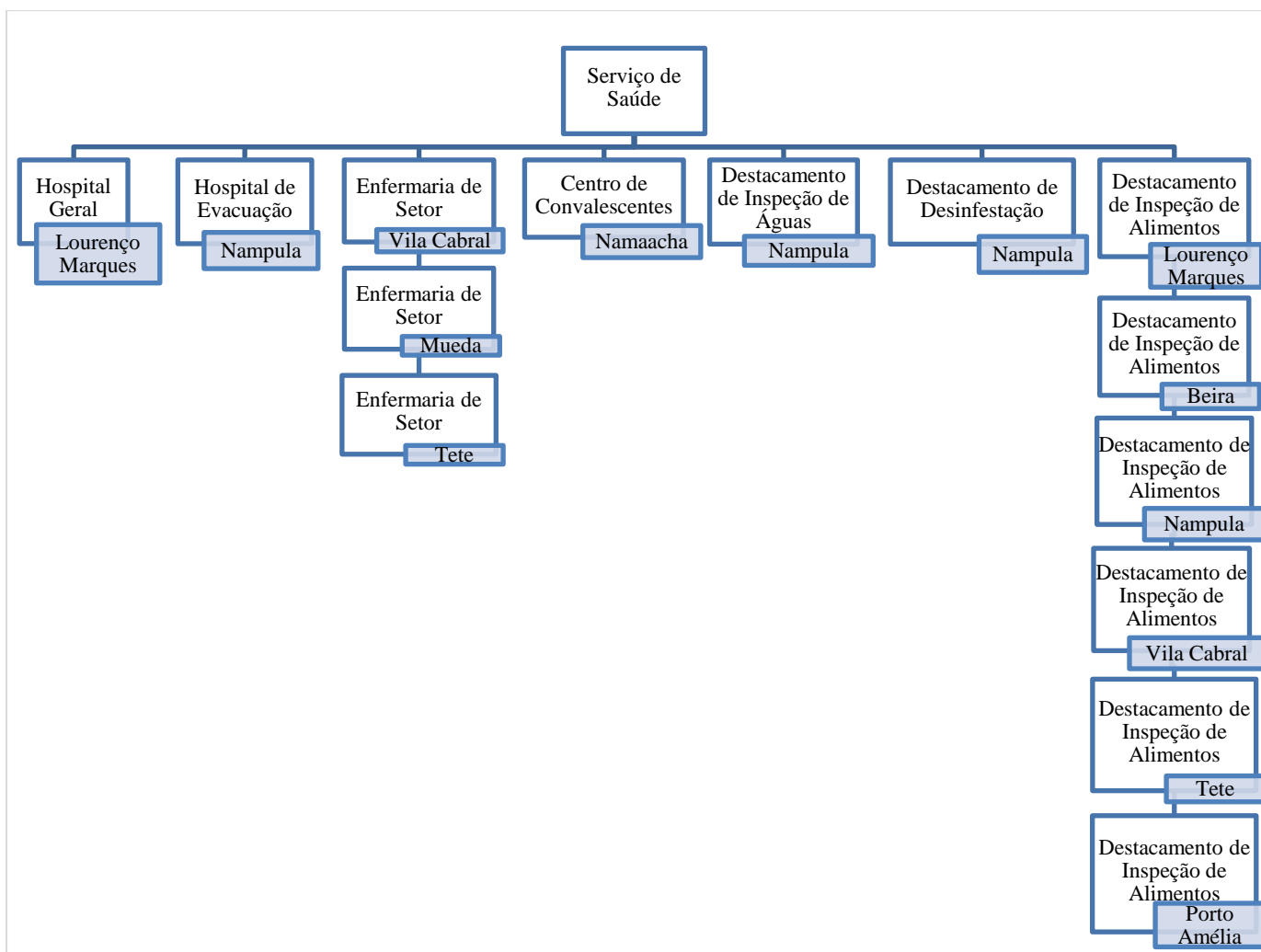


Figura 4 - Organização do Serviço de Saúde

Fonte: Adaptado (Estado-Maior do Exército, 1988)

(Apêndice C)



As Enfermarias de Setor permitiam já algum apoio em cirurgia, estomatologia e preparação para a evacuação para os Hospitais Militares, e o Centro de Convalescença em Namaacha com a tarefa de apoiar o Hospital Geral, pensando-se também criar outro na ilha de Moçambique para apoiar o Hospital de Evacuação.

O apoio em material sanitário era garantido por dois Depósitos Base de Material Sanitário (Lourenço Marques e Nampula) e, em medicamentos, por uma Sucursal do LMPQF em Lourenço Marques, com Delegações em Nampula e na Beira, pensando-se na criação de outra em Porto Amélia.

Após a Reestruturação Experimental em 1973 criou-se mais um Depósito Territorial de Material Sanitário em Nampula, o Centro de Convalescença previsto anteriormente, duas Equipas de Detecção de Doenças Tropicais e três Pelotões de Automacas, localizados na Beira, Nampula e Lourenço Marques.

O **Serviço de Transportes** dependia de uma chefia de Serviços de Transportes e estava organizado da seguinte forma:

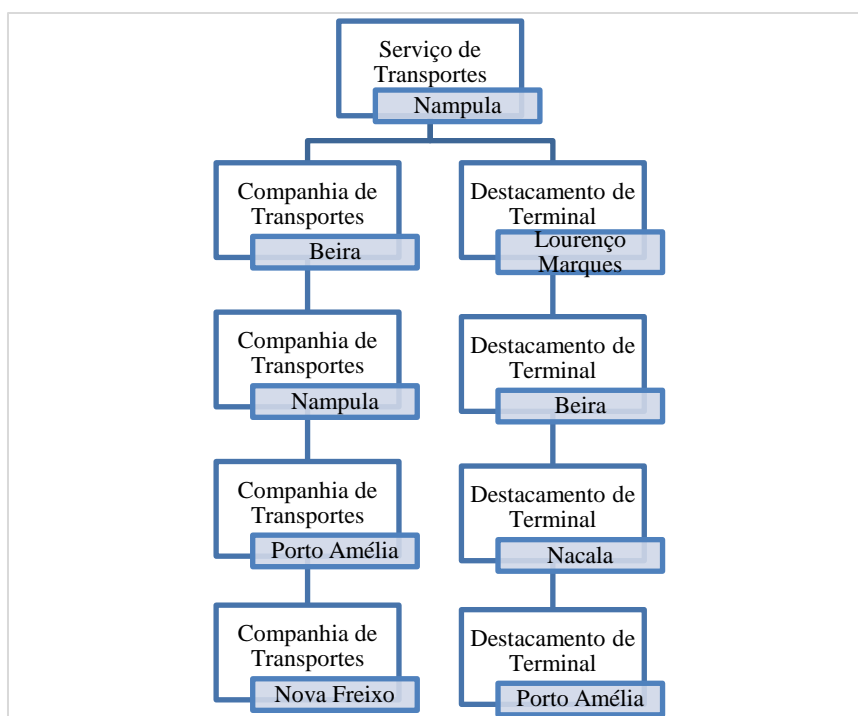


Figura 5 - Organização do Serviço de Transportes

Fonte: Adaptado (Estado-Maior do Exército, 1988)
(Apêndice C)

Todos os pedidos de transporte eram solicitados ao Serviço de Transportes, que além dos meios próprios, utilizava os meios marítimos e os aéreos postos à sua disposição. Cada



Companhia dispunha de dois Pelotões de Transportes, localizados de acordo com as necessidades. De modo a permitir um apoio flexível e eficiente, os transportes organizaram-se em três sistemas:

- Sistema Primário, que ligava as origens das áreas logísticas, constituído por meios de transporte marítimos, operando normalmente entre Lourenço Marques, Beira, Nacala e Porto Amélia e meios aéreos de grande porte garantindo as ligações entre Lourenço Marques, Beira, Nampula e Porto Amélia;
- Sistema Secundário, partindo das origens das áreas logísticas até aos pontos de destino intermédio (regra geral os Comandos de Sector), onde existiam os complexos logísticos secundários, constituído por meios de transportes aéreos entre a Beira e Tete, Nampula e Marrupa e entre Nampula e Vila Cabral, apoiados pelos meios de transporte ferroviários nas linhas que ligavam Beira a Tete e Nacala a Vila Cabral, exigindo alguns troços medidas de segurança;
- Sistema Terciário, ligando as origens das áreas logísticas ou os pontos de destino intermédio com os locais de utilização final, constituído por meios de transporte mais ligeiros, principalmente pequenos aviões, transporte auto e pequenos navios entre Porto Amélia e Mocímboa da Praia (EME, 1988).

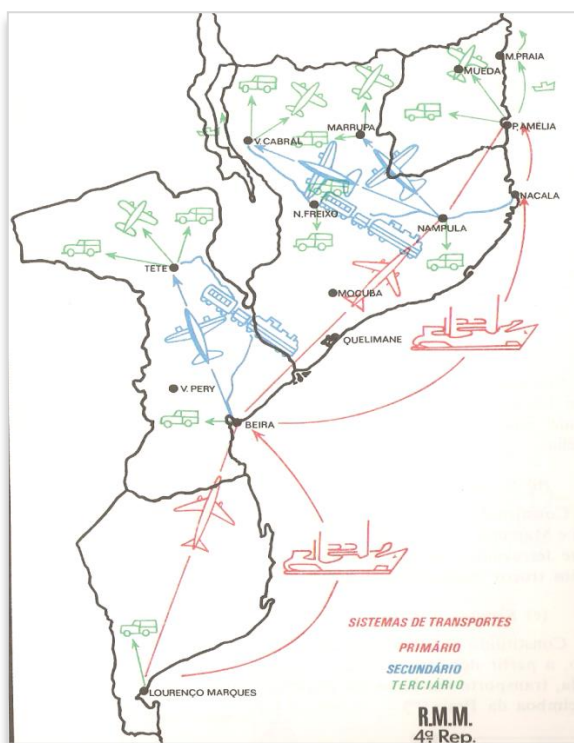


Figura 6 - Sistemas de Transportes

Fonte: Estado-Maior do Exército, 1988



Após a Reestruturação Experimental (1973), as Companhias de Transportes passaram a localizar-se em Lourenço Marques, Nampula, Tete e Porto Amélia e os Destacamentos de Terminal eram nove, localizados em Vila Cabral, Marrupa, Nangade, Mueda, Mocímboa da Praia, Nacala, Nova Freixo, Mocuba e Tete.

A Arma de Engenharia (Eng), inicialmente, estava organizada da seguinte forma:

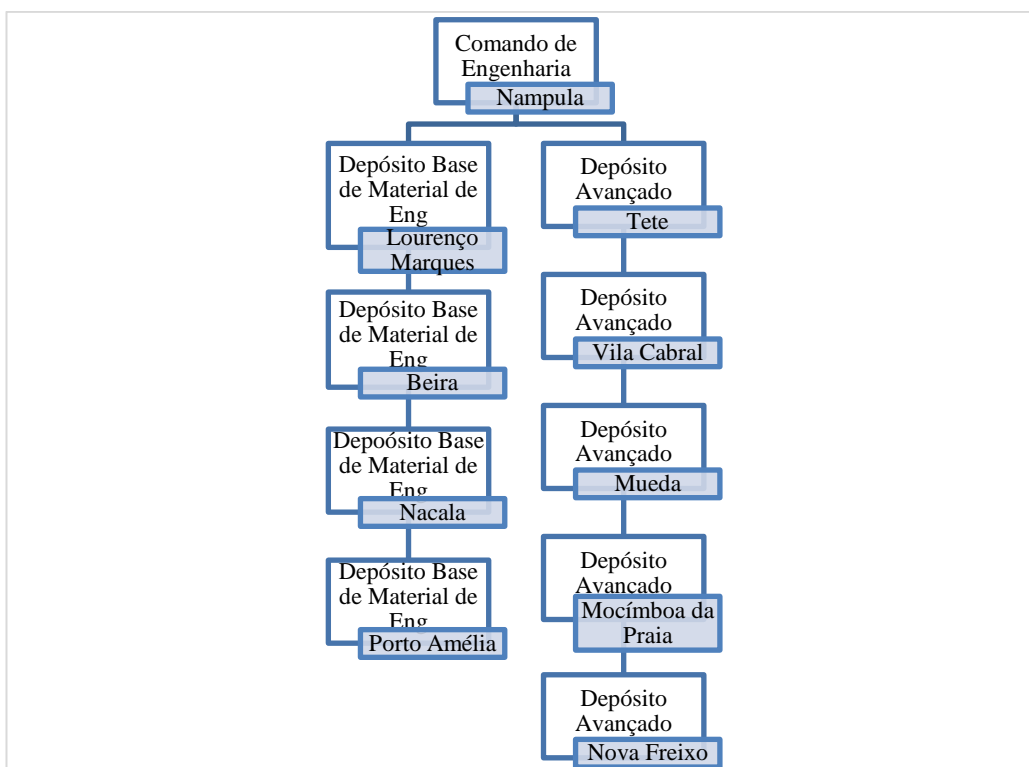


Figura 7 - Organização da Arma de Engenharia

Fonte: Adaptado (Estado-Maior do Exército, 1988)

(Apêndice C)

Após a Reestruturação Experimental (1973), a Companhia de Depósito de Material de Engenharia localizava-se em Nampula. Existiam Depósitos Base em Nampula, Nacala, Beira e Lourenço Marques e os Depósitos Avançados em Nangade, Mueda, Vila Cabral e Caldas Xavier.

No que se refere à Arma de Transmissões (Tms) estava organizada da seguinte forma:

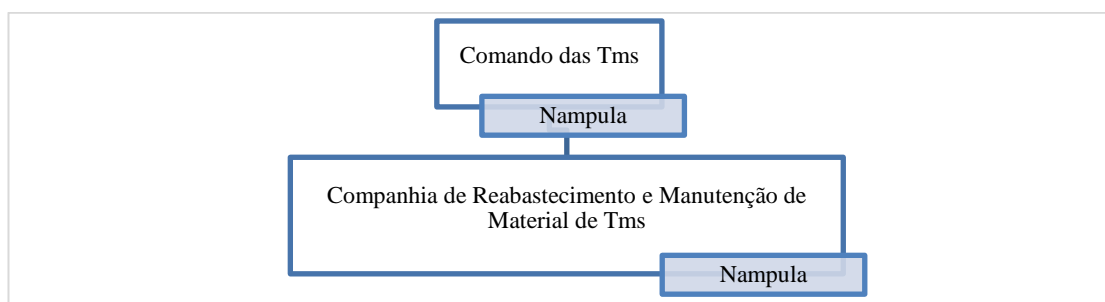


Figura 8 - Organização da Arma de Transmissões

Fonte: Adaptado (Estado-Maior do Exército, 1988)

(Apêndice C)

Esta Companhia a um Pelotão, localizado em Lourenço Marques apoiava diretamente os comandos operacionais com Destacamentos de Reabastecimento e Manutenção de Material de Transmissões que se localizavam em Lourenço Marques, Beira, Tete, Vila Cabral, Marrupa e Porto Amélia.

Os princípios logísticos que orientaram a ação da logística subsistiram na aplicação dos seguidos até à data aplicados à guerra convencional, devidamente adaptados ao tipo de conflito emergente:

- (a) Previsão, de modo a providenciar um apoio logístico oportuno, prevendo atempadamente as necessidades, sobretudo porque a ZI, a qual era a principal fonte de reabastecimento, distava milhares de quilómetros do TO de Moçambique;
- (b) Simplicidade, prestando apoio de forma simples e eficiente, evitando acrescentar embaraços e planos logísticos complexos que dificultassem a manobra logística;
- (c) Economia, prevendo o emprego adequado de homens, recursos, equipamentos e materiais à missão a cumprir, evitando gastos desnecessários;
- (d) Flexibilidade, acompanhando e adaptando-se rapidamente, sem comprometer a sua regularidade, eficácia e eficiência, à evolução da manobra operacional;
- (e) Unidade de Comando, através da sujeição a uma única autoridade;

Os princípios logísticos definidos incluíam ainda as seguintes preocupações:

- (a) Fazer coincidir, sempre que possível, os limites logísticos com os limites táticos;
- (b) Estreitar a ligação entre os comandantes táticos e os comandantes logísticos, de forma a obter uma perfeita integração da manobra tática e logística;
- (c) Distribuir os abastecimentos diretamente às unidades;



- (d) Dotar as unidades do máximo de autonomia logística para fazer face a situações não previstas e às possíveis interrupções da cadeia de reabastecimento através da constituição de reservas adequadas (Tavares, 2013).

No que diz respeito às funções logísticas, também não se registaram alterações, mantendo-se as existentes, agrupando-se, de acordo com as suas afinidades e atividades:

- (a) Abastecimento, cuja finalidade era prover todos os recursos necessários às forças de manobra;
- (b) Evacuação e hospitalização, reunindo todas as atividades sanitárias e de recuperação dos feridos e doentes (pessoas ou animais), mas que numa guerra subversiva se estendia até à população civil, constituindo-se esta como parte integrante de ações psicológicas;
- (c) Transporte, provendo o deslocamento, por todas as vias (do pessoal, animais e materiais) e engloba os meios para o gerir e realizar;
- (d) Serviço técnico, que incluía todas as outras atividades não incluídas nas funções anteriores (ex. manutenção e recuperação do material, banhos, lavandaria, construção, etc.);
- (e) Direção logística, responsável pela coordenação e direção superior de todas as outras funções logísticas e pela sua relação com as operações táticas, nela se destacando o planeamento logístico (Tavares, 2013).

O apoio logístico em Moçambique evoluiu ao longo dos anos, obrigando ao progressivo deslocamento das bases de sustentação para locais mais próximos do dispositivo militar, onde se identificaram três fases distintas.

Uma primeira fase que se estendeu até meados de 1964, cobrindo o tempo de paz e a pré insurreição, caracterizada por uma base logística em Lourenço Marques e incipiente organização logística. A Direção logística existente era a 4ª Repartição e alguns Comandos e Chefias, apoiados pelos principais órgãos de execução distribuídos pelos três Comandos Territoriais (norte, centro e sul), caracterizados pelo reduzido número e poucos os que ficavam fora das respetivas sedes (Nampula, Beira e Lourenço Marques), com o objetivo de apoiar cerca de 14.000 homens, dos quais, um terço pertencentes à guarnição normal.

A segunda fase compreendeu o início das operações militares ativas até finais dos anos 70, com uma base logística que, progressivamente, se deslocou de Lourenço Marques (sul) para Nampula (norte), instalando Chefias Avançadas dos Serviços em Nampula, com uma organização logística bastante mais desenvolvida no terreno, em especial no norte do



território, materializando o reconhecimento da necessidade de estar mais perto das forças em operações para melhor as poder apoiar. Em 1969, o escalão principal das Chefias instalou-se em Nampula, ficando em Lourenço Marques os escalões mais recuados, contribuindo assim para uma melhor autoridade das mesmas. A 4ª Repartição do QG, em termos de localização, teve uma evolução semelhante à das Chefias.

A terceira fase começou a concretizar-se em 1970, consolidando-se nos anos subsequentes, quando Nampula se assume, por completo, na conduta de todas as operações logísticas e o território é coberto por um dispositivo logístico ajustado à realidade, resultado da revisão do estudo da situação logística e da busca de soluções para os problemas existentes (Coelho, 2010).



Conclusões

Com o início da “Guerra do Ultramar”, que durou de 1961 a 1974, o Exército Português teve que adaptar as suas infraestruturas de produção, tanto na Metrópole como em Moçambique de modo a fazer face às necessidades que surgiam.

Neste sentido desenvolvemos o tema “ **A adaptação do Exército a um conflito subversivo. O caso especial do Teatro de Operações de Moçambique (1964-1975)**” de acordo com uma abordagem científica baseada no método hipotético-dedutivo e dividindo-o em três partes.

O primeiro capítulo foi dedicado à caracterização das infraestruturas de produção existentes na Metrópole e em Moçambique desde a década de 50 até ao início do conflito.

Desde a década de 50, e com o apoio económico-financeiro dos EUA, Portugal criou e modernizou a sua indústria militar. Apesar da indústria militar não ser de elevado nível tecnológico, permitiu a satisfação das necessidades básicas das Forças Armadas, em munições e armas ligeiras.

As infraestruturas logísticas de produção existentes na Metrópole e em Moçambique antes do início do conflito, não só corresponderam às necessidades em tempo de paz. Verificámos que a indústria de defesa, nomeadamente a FMBP e a FNMAL, até ao fim da década de 50 viveram tempos difíceis na obtenção de mercado para escoamento da sua produção. Em 1959 a produção na FMBP quase parou, mas nos anos seguintes verificou-se um aumento de exportações em armamento e munições para a RFA assim como para os TO ultramarinos (Tavares 2005).

O segundo capítulo foi dedicado às necessidades de apoio logístico aquando do início do conflito. Neste domínio Moçambique era marcadamente o TO mais dispendioso, expresso não só no dispêndio direto por cada militar, mas também no grande número de militares empregues em atividades ligadas ao apoio de serviços. Desta forma, foi identificada desde cedo a necessidade de implantar alguns órgãos de apoio no próprio TO com os objetivos não só de apoiar e satisfazer as necessidades operacionais, mas também de reduzir custos. Assim são implantados em Moçambique delegações do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos e das Oficinas Gerais de Fardamento, aumentando também a atividade da Manutenção Militar.



Este conflito em Moçambique impôs dois grandes desafios, em primeiro lugar a distância à Metrópole e em segundo a desadequação do equipamento e armamento. Este último transversal aos restantes TO. Além de obsoleto o equipamento e armamento estava pensado para um conflito de natureza convencional e não para um conflito de natureza subversivo.

O último capítulo foi dedicado à caracterização das alterações em termos de infraestruturas de produção na Metrópole e no TO de Moçambique que ocorreram durante o conflito.

Quando surgiram os primeiros atos de guerrilha, em Moçambique, estes ocorreram a Norte tendo condicionado fortemente o apoio logístico uma vez que o mesmo se encontrava em Lourenço Marques. Dada a extensão do território, foi necessário adaptar o apoio logístico existente, tendo sido implementada uma divisão de Moçambique em quatro áreas logísticas. Com base nessas áreas logísticas efectuou-se uma redistribuição geográfica das infraestruturas existentes e criação de outras de modo a ser possível apoiar toda a operação.

Como corolário do nosso trabalho respondemos à questão de partida formulada: De que forma as infraestruturas logísticas de produção do Exército se adaptaram ao conflito no TO de Moçambique?

Demonstramos que apesar de Portugal estar em fase de modernização mais focalizada para um conflito convencional, conseguiu adaptar-se, aumentando a produção na Metrópole e ajustando as infraestruturas existentes no TO de Moçambique para fazer face às necessidades que surgiram, garantindo deste modo as condições essenciais à permanência no TO durante 11 anos, num contexto de total isolamento internacional.



Bibliografia

- Barata, F. T., 1981. *Industria Militar Nacional: Como E Para Que?*, Lisboa
- Coelho, A. R., 2000. *O desenvolvimento da Estratégia Militar. A organização logística de apoio aos teatros de operações – o caso de Moçambique*, in Estudos Sobre as Campanhas de África (1961-1974), S. Pedro do Estoril, Edições Atena.
- Coelho, A. R., 2010. *A Logística Terrestre e a Guerra do Ultramar*, Revista Militar N.º 2507. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/618>
- EME, 1963. *O Exército na guerra subversiva*, volume I, Lisboa, EME
- EME, 1990. *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*, Capítulo V, Lisboa, CECA, EME
- IAEM, 2000. *Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*, 1ª Edição, Edições Atena, Lisboa, IAEM.
- IESM, 2015. *NEP/ACA – 010 Trabalhos de Investigação*.
- IESM, 2015. *NEP/ACA – 018 Regras de Apresentação e Referenciação para os Trabalhos Escritos a Realizar no IESM*.
- LMPQF, 2001. *II Jornadas de Farmácia Militar*, 2ª edição, Lisboa
- Lousada, A. P., 2011. *Da “NATO para o Mato” ou a Reestruturação da Estratégia Militar Portuguesa*, Lusíada História n.º 8 / 2011 pp. 37-54
- Monteiro, P. S., 2013. *A Logística de Portugal na Guerra Subversiva de África (1961 a 1974)* Lisboa, Revista Militar n.º 2539.
- Exército Português, 2013. *PDE 4-00 Logística*, MDN/EP/CID.
- Exército Português, 2012. *PDE 3-00 Operações*, MDN/EP.
- Tavares, J. M., 2005. *Indústria Militar Portuguesa no Tempo da Guerra 1961-1974*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.
- Tavares, J. M., 2013. *A Logística do Exército em África (1961/74): Princípios, funções e organização*, Revista Militar N.º 2535, pp 285 - 299.
- Pinto, R. F. M., 2009. *As Indústrias Militares e As Armas de Fogo Portáteis no Exército Português*, Revista Militar n.º 2495 Lisboa.



Apêndice A – Modelo de Análise

Questão Geral	Dimensão Temporal	Dimensão Espacial	Objetivos	Hipótese a Validar	
Alterações implementadas pelo Exército Português, ao nível das infraestruturas de produção, para fazer face a um conflito subversivo em Moçambique.	Desde a década de 50 até ao início do conflito.	Território Nacional	- Identificar e listar as infraestruturas logísticas de produção que existiram na Metrópole - Verificar se as infraestruturas Logísticas existentes na Metrópole correspondiam às necessidades em tempo de Paz.	H – As infraestruturas logísticas de produção existentes correspondiam às necessidades em tempo de paz.	
		Teatro de Operações de Moçambique	- Identificar e listar as infraestruturas logísticas de produção que existiram em Moçambique - Verificar se as infraestruturas Logísticas existentes em Moçambique correspondiam às necessidades em tempo de Paz.		
	Aquando do início do conflito.	Território Nacional	As necessidades provocadas pela realidade do conflito tendo em conta as características operacionais e a distância ao Tetro Nacional.	H – Face ao tipo de conflito, aumentaram as necessidades de produção de armamento, de fardamento e equipamento bem como de produção alimentar.	
		Teatro de Operações de Moçambique	As necessidades provocadas pela realidade do conflito, tendo em conta as características operacionais e a distância ao Tetro Nacional.		
	No decorrer do conflito.		Território Nacional	- Necessidades de apoio logístico às tropas e redimensionamento das infraestruturas de apoio.	H – O Exército redimensionou as infraestruturas existentes e criou outras, para fazer face ao aumento de produção e tipo de necessidades tendo também redefinido a localização das infraestruturas existentes.
			Teatro de Operações de Moçambique	- Áreas onde decorreram os conflitos. - Necessidades de apoio logístico às tropas no terreno e localização das infraestruturas de apoio.	



Apêndice B – Corpo de Conceitos

(a) Logística

Logística é a ciência do planeamento e da execução de movimentos e sustentação de forças (PDE 4-00 Logística, Abril 2013)

(b) Logística ao nível estratégico ou Logística de Produção

Logística ao nível estratégico centra-se na obtenção de recursos em larga escala, nomeadamente ao nível das Bases Industriais de Tecnologia e Defesa (BTID), e está diretamente relacionada com a produção industrial, pelo que também assume a designação de Logística de Produção. Consiste no esforço realizado pelas autoridades políticas e militares, incluindo organizações militares e civis, assim como as indústrias, para garantir a sustentação das Forças Militares. Inclui, conceitualmente, atividades como a prospeção (novos equipamentos, sistemas, metodologias), aquisição, projeção da força, mobilidade estratégica e concentração estratégica de recursos no TO. (PDE 4-00 Logística, Abril 2013)

(c) Logística ao nível operacional

A Logística ao nível operacional foca-se no estabelecimento e manutenção das linhas de comunicações e de sustentação da Força no TO, de acordo com as prioridades estabelecidas pelo Comandante. Estabelece a ligação entre o nível estratégico e o nível tático da Logística, incluindo a Receção da Força, Estacionamento e Movimentos (REM/RSOM – Reception, Staging and Onward Movement¹⁴), melhoramento de infraestruturas, gestão e distribuição das reservas do TO, adaptação, melhoramento e recuperação de recursos materiais (manutenção) e humanos (saúde), contratos, serviços e controlo de movimentos no TO. (PDE 4-00 Logística, Abril 2013)

(d) Logística ao nível tático

A Logística ao nível tático inclui um conjunto de atividades relacionadas com a sustentação de unidades táticas no cumprimento das suas missões, mais especificamente com um conjunto de atividades doutrinariamente relacionadas com as diferentes funções

¹⁴ Conceito da Organização do Tratado do Atlântico Norte. Ao nível operacional é importante a existência de uma Estrutura/Força responsável pela Receção, Estacionamento e Movimentos, que opera pontos de desembarque, estabelece linhas de comunicações e providencia o comando e controlo dos deslocamentos.



logísticas¹⁵. O sucesso da Logística ao nível tático mede-se pela colocação de recursos, na quantidade necessária, em tempo e no local designado e em condições de cumprirem a missão ou serem utilizadas de imediato, o que tem como adquirido o necessário sucesso da Logística ao nível estratégico e operacional.

(e) Teatro de Operações (TO)

O teatro de operações é a parte do teatro de guerra necessária à condução ou apoio das operações de combate.

(f) Território Nacional (TN)

É uma área delimitada e definida. Que neste trabalho se refere à área geográfica que constitui o território Português.

(g) Zona do Interior (ZI)

A ZI compreende, normalmente, o território não abrangido pelos teatros de operações, mas pode também incluir território aliado, neutral ou inimigo conquistado. É nela que tem lugar a logística de alto nível, económica e de produção.

(h) Zona de Comunicações (ZC)

A ZC é a parte da retaguarda do teatro de operações, contígua à zona de combate, onde existem as linhas de comunicações, os órgãos necessários ao reabastecimento e evacuação e outros órgãos que prestam o apoio às forças combatentes. Estende-se até ao território nacional, até à área de responsabilidade duma autoridade estratégico-militar ou até ambos.

¹⁵ Conjunto de atividades afins que concorrem para a mesma finalidade.



Figura 10 - Distribuição do Serviço de Material

Fonte: Adaptado (Estado-Maior do Exército, 1988)



Figura 12 - Distribuição do Serviço de Transportes

Fonte: Adaptado (Estado-Maior do Exército, 1988)



Figura 14 - Distribuição da Arma de Transmissões

Fonte: Adaptado (Estado-Maior do Exército, 1988)